CARTA DE RECIFE

O FUTURO DA SAÚDE PASSA PELAS UTIs

Planejamento, qualidade, valorização e sustentabilidade da Medicina Intensiva no Brasil

Grandes desafios para a saúde da população brasileira são esperados nos próximos anos. O envelhecimento populacional, aumento das doenças crônico-degenerativas e impacto da violência (urbana e do trânsito), além de cirurgias, exames e procedimentos cada vez mais complexos, exigem que o sistema de saúde brasileiro responda com efetividade, segurança e qualidade à demanda escalonada por Unidades de Terapia Intensiva (UTIs).

Entre 2015 e 2025, o Brasil ampliou em 53% o número de leitos de UTIs, passando de 47,8 mil para 73,1 mil. Apesar desse avanço, a expansão física não resolveu os problemas de funcionamento dessa rede.

Parte deles aparece nos resultados do Inquérito Nacional sobre a Força de Trabalho Médico nas UTIs, realizado pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), em parceria com o Conselho Federal de Medicina (CFM), que quantificou uma realidade conhecida, mas previamente não escrutinada, entre os médicos da linha de frente.

Os dados revelaram uma realidade na qual esses médicos estão inseridos: falta de capacitação, vínculos precários, esgotamento emocional, infraestrutura inadequada e dificuldades para comer, dormir, praticar atividade física e conviver com familiares e amigos, entre outros problemas, devido à desorganização e falta de recursos humanos.

Embora o levantamento tenha ouvido médicos, os mesmos problemas afetam enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, odontólogos, farmacêuticos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e demais profissionais das UTIs.

Diante desse diagnóstico, a AMIB busca mudanças estruturantes para a Medicina Intensiva e as UTIs brasileiras. Sua Diretoria Executiva intensificou um processo de articulação junto à parlamentares e gestores (públicos e privados) para construir soluções. Porém, a recomposição política, após as Eleições de 2026, exige renovar esse diálogo e dar continuidade a essa agenda.

Assim, os mais de 10 mil médicos intensivistas - pediatras e adultos - e outras centenas de milhares de profissionais (enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, farmacêuticos, fonoaudiólogos, odontólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e técnicos de equipes multiprofissionais das UTIs) dedicados à saúde e à vida de pacientes críticos, manifestam, publicamente, sua preocupação com as dificuldades diárias citadas e cobram dos políticos eleitos e reeleitos no último pleito medidas urgentes para transformar essa realidade.

Comprometidos com sua missão e com o direito constitucional da população ao atendimento, os participantes do 31º Congresso Brasileiro de Medicina Intensiva (CBMI 2026), realizado de 11 a 14 de novembro de 2026, em Recife (PE), que representam intensivistas de todas as regiões do país, apresentam as propostas abaixo que, se cumpridas, contribuirão para a qualidade da cassistência nas UTIs.

Neste sentido, os sete eixos desta agenda prioritária para fortalecer a alta complexidade orientam novas conquistas, entendendo que, no Brasil, o futuro da saúde passa, necessariamente, pelas UTIs. Assim, a AMIB lista as seguintes ações e medidas:

1. **Planejar a assistência intensiva em acordo com as demandas da população**
    - *Incorporação de projeções de envelhecimento populacional e mudanças epidemiológicas às políticas públicas;*
    - *Integração da assistência intensiva às redes de Atenção Primária, Emergência, Assistência Hospitalar e Reabilitação;*
    - *Melhoria dos indicadores de morbidade e mortalidade nas UTIs.*

2. **Reduzir as desigualdades no acesso às UTIs**
    - *Desenvolvimento de estratégias nacionais e regionais para reduzir vazios assistenciais e desigualdades na oferta de leitos, com critérios técnicos e epidemiológicos e infraestrutura adequada;*
    - *Aperfeiçoamento da regulação e dos fluxos de transferência de pacientes críticos, integrando hospitais e serviços de urgência e emergência;*
    - *Gestão eficiente de leitos, com indicadores de ocupação, permanência, acesso e resultados assistenciais, com cooperação entre União, Estados e Municípios voltada às necessidades dos pacientes críticos.*

3. **Investir na formação em Medicina Intensiva**
    - *Ampliação dos Programas de Residência Médica em Medicina Intensiva, considerando a distribuição regional, necessidades de capacitação e infraestrutura dos centros formadores;*

- *Valorização da residência médica, com bolsa compatível com as necessidades dos residentes;*
- *Postergação do pagamento do financiamento da graduação (FIES) para depois da conclusão da especialização;*
- *Adoção de estratégias de atração, fixação e valorização de intensivistas em áreas distantes e de difícil provimento.*

4. **Construir políticas públicas voltadas à valorização do trabalho nas UTIs**
   - *Combate aos vínculos precários, à elevada rotatividade e às situações que comprometam a continuidade assistencial;*
   - *Valorização da qualificação profissional na composição das equipes, sem subordinar a segurança dos pacientes à redução de custos.*

5. **Proteger a saúde física e mental dos profissionais que atuam nas UTIs**
   - *Inclusão da prevenção do esgotamento profissional nas políticas institucionais de qualidade e segurança assistencial;*
   - *Organização de escalas e jornadas considerando a frequência de plantões noturnos, o descanso e a sobrecarga de trabalho;*
   - *Estímulo a programas institucionais de acolhimento, suporte psicológico, assistência nutricional e prática de atividades físicas.*

6. **Assegurar infraestrutura adequada e processos assistenciais seguros**
   - *Priorização à modernização das UTIs, especialmente em serviços públicos com limitações estruturais;*
   - *Fortalecimento de equipes multiprofissionais especializadas, dimensionadas conforme a complexidade dos pacientes;*
   - *Investimento em tecnologias para agilizar e aprimorar a assistência, da admissão à alta.*

7. **Fortalecer o financiamento, o monitoramento da qualidade e a gestão baseada em evidências**
   - *Aperfeiçoamento do financiamento e custeio da assistência intensiva, considerando a complexidade do atendimento, custos operacionais e qualificação exigida das equipes;*
   - *Qualificação do monitoramento do desempenho das UTIs, incluindo indicadores de eficiência assistencial;*
   - *Estímulo à avaliação da qualidade e à comparação de resultados dos serviços, com experiências consolidadas, como o Programa UTIs Brasileiras, da AMIB.*

Cabe aos poderes públicos implementar essas propostas, com apoio de gestores, estabelecimentos de saúde, universidades, profissionais e entidades médicas. Desde já, a Associação de Medicina Intensiva Brasileira se dispõe a colaborar com insumos e subsídios técnicos e éticos.

Com esse esforço integrado e a inserção da Medicina Intensiva como prioridade na agenda pública, o Brasil ganha uma rede integrada, moderna e preparada para atender a população e enfrentar os desafios do futuro.

Recife (PE), 11 de novembro de 2026.

ASSOCIAÇÃO DE MEDICINA INTENSIVA BRASILEIRA - AMIB